

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.:

Data: 22.09.85

Pg.:

### Decisão para Kaingang sai amanhã

“Um conflito de 100 anos não se resolve em duas horas”. A frase dita por um assessor do governador Esperidião Amin enquanto transcorria a reunião que decidiria a questão entre índios Kaingang e colonos de Santa Catarina, foi entendida como uma predisposição para não se chegar a decisão alguma. Amanhã, entretanto, quando os personagens daquela reunião de uma semana atrás voltam a se encontrar, não haverá nova prorrogação.

Para tanto, o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, está disposto a tomar uma decisão mesmo que os governos estadual e municipal — de Chapecó, onde ocorre a disputa por 1.885 hectares de terras — mantenham a intransigência da segunda-feira passada. “É importante que se ponha fim a essa novela interminável”, disse, após admitir a existência de interesses políticos entre os motivos que embargaram a solução prevista para aquele dia.

A iminência de conflito armado na área, envolvendo 120 famílias de colonos e 90 kaingang vem crescendo há dois anos e 17 pessoas, entre índios, religiosos e indigenistas, estão em greve devido à frustração da reunião que poria fim ao con-

flicto. Toldo Chimbangué para os índios e Sede Trentim para os brancos, a região é permanentemente guardada por agentes da Polícia Federal e da Polícia Militar há mais de dois meses.

No dia 16 último, quando os ministros Costa Couto, Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e José Paulo Calvante Filho, interino da Justiça, discutiram a questão com Esperidião Amin e o prefeito de Chapecó, Leodônio Miglirioni, o Governo federal deixou explícita sua decisão. Nos casos de desapropriação, garante indenizar os colonos a preços de mercado, pagando à vista as terras e benfeitorias.

O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário se dispôs, ainda, a oferecer uma área próxima aos colonos, com os meios necessários ao desenvolvimento de suas atividades. São 125 lotes rurais e 18 urbanos, uma igreja, uma escola, dois clubes esportivos e uma cooperativa. As benfeitorias estão orçadas em Cr\$ 1 bilhão e o reassentamento dos colonos em mais Cr\$ 5 bilhões.

A Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), propõe — e os índios, que têm a posse

imemorial da terra, aceitam — a redução da área indígena dos 1.885 hectares para 1.188. Mas os colonos, alguns com títulos de propriedade de quase um século, insistem em manter os kaingang nos 120 hectares a que estão confinados hoje. Costa Couto garante por sua vez, que “não há a menor possibilidade de retirada dos índios”.

Segundo o secretariado nacional do Cimi, a reunião de amanhã “será decisiva para os rumos da política indigenista deste governo”. Considera, ainda, o Cimi, que “se a pressão dos políticos e empresários se sobrepuser ao direito histórico desta comunidade, estará aberto o precedente para a inviabilização total das demais demarcações de terras indígenas, pela Nova República”.

— A vida desta comunidade kaingang e de todas as outras deve ser garantida. O Governo é responsável por elas. Também é responsabilidade do Governo reassentar os colonos na mesma região. Se não resolver este impasse urgentemente, cometerá não só o pecado de omitir-se, mas também será culpado pela morte daqueles que estão oferecendo a própria vida na busca da justiça — acrescenta o Cimi.

### Greve de fome conta com 17

Florianópolis — Com as adesões das religiosas Teresinha da Silva e Emília de Bona Sartor, da Congregação Fraternidade e Esperança, e do sacerdote jesuíta Tomaz Aquino Lisboa, representante do secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que chegou a esta capital, aumentou para 17 o número de pessoas que fazem greve de fome por uma solução imediata que satisfaça índios e colonos, em Sede Trentim, área em conflito, no oeste catarinense.

Ontem, numa manifestação com conotações políticas, aproximadamente 25 mil pessoas estão reunidas em Chapecó, protestando contra a intenção do Governo federal em garantir aos indígenas a posse da maior parte das terras em litígio. O movimento visa a pressionar o Governo para uma solução em favor dos colonos.

Seis sindicatos de trabalhadores rurais do oeste catarinense divulgaram nota exigindo a devolução das terras aos Kaingang e pedem indenização e reassentamento dos agricultores e a inclusão dos colonos que perderam suas terras no Plano Nacional de Reforma Agrária.